

Ulysses nega que militar tenha feito ameaça de golpe

O deputado Ulysses Guimarães negou, em Brasília, que tivesse colhido de ministros militares — com os quais se encontrou diversas vezes nas últimas semanas, para avaliar as conseqüências de um impasse político que pudesse ser provocado pela votação do sistema de governo e do mandato presidencial pela Constituinte — qualquer ameaça de golpe militar ou de contestação dos quartéis às decisões da Assembléia.

As negativas do presidente do PMDB contrariam o que alguns de seus interlocutores mais próximos continuam reafirmando: o deputado, em várias ocasiões, deixou claros seus temores de que a eventual vitória da emenda propondo eleições diretas para este ano provocasse uma intervenção militar. No almoço realizado domingo na casa do ministro Renato Archer, que formalizou a desistência de Ulysses de continuar tentando uma negociação com o Palácio do Planalto para evitar o confronto no dia da votação, o presidente da Constituinte repetiu que o veto militar aos quatro anos era incontornável e suas conseqüências, caso contrário, imprevisíveis.

Mesmo negando ter ouvido qualquer preocupação de Ulysses a respeito de um golpe militar, o senador Mauro Benevides (PMDB-CE) revelou ontem que foi após um encontro com o chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, na manhã do último sábado, que o presidente do PMDB abandonou suas tentativas de encontrar uma saída para evitar o confronto entre presidencialistas e parlamentaristas e entre os cinco e os quatro anos. "O Ulysses concluiu depois daquela conversa — e não sei se necessariamente por causa dela — que as forças que poderiam garantir a soberania da Constituinte não apoiavam a fórmula que ele vinha tentando".

Resistências — Já na véspera, sexta-feira, Ulysses chegou a comentar, numa reunião em seu gabinete, as resistências dos ministros militares à possível aprovação do mandato de quatro anos e à diminuição dos poderes do presidente Sarney, pela adoção do sistema parlamentarista de governo. Nessa ocasião, Ulysses minimizou os riscos de um golpe

iminente, mas não o descartou a médio prazo, considerando que, caso houvesse o confronto entre os constituintes e os militares, "a crise estaria instalada".

Os receios do presidente do PMDB chegaram ao conhecimento de um bom número de políticos e governadores e desencadearam inúmeras reuniões, algumas promovidas por sua própria iniciativa. Foram avaliações semelhantes que levaram o governador Miguel Arraes a abandonar seu tom normalmente cauteloso e conciliador, no sábado de madrugada, para fazer um discurso em Recife, durante uma solenidade com a presença de 10 mil pessoas, denunciando: "Os que me prenderam e depuseram em 1964 agora poderão fazer o mesmo".

Geisel — Arraes, que tinha passado dois dias em Brasília (quarta-feira e quinta-feira da semana passada), jantou com o presidente Sarney e reuniu-se com Ivan de Souza Mendes e o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. Sua inquietação foi transmitida ao vice-governador Carlos Wilson, que se encarregou de preparar as condições para que o comício de sábado tivesse a maior repercussão, pedindo aos demais oradores da noite que abrissem mão de seu tempo em favor do governador.

Em seus esforços para encontrar um caminho capaz de contornar o perigo, Ulysses teria recorrido até mesmo ao ex-presidente Ernesto Geisel, a quem procurou, por intermédio do senador Albano Franco (PFL-PI). O propósito do presidente do PMDB — e nesse sentido também se enquadra sua súbita reunião com o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, domingo à noite — era mobilizar todas as alternativas possíveis para desestimular possíveis reações das Forças Armadas.

Ontem à noite, ao desembarcar em São Paulo para visitar sua mulher, Dona Mora, que se recupera de uma cirurgia no fêmur, Ulysses insistiu que "não via risco de golpe" rondando a Constituinte e negou-se a comentar versões em contrário atribuídas a alguns de seus mais próximos interlocutores.

Thales fez advertências

SÃO PAULO — No domingo, o novo assessor especial do presidente Sarney, Thales Ramalho, encontrou-se com vários empresários paulistas na casa de Renato Ticoulat. Numa sucessão de conversas em pequenos grupos, que começaram de manhã, estenderam-se pelo almoço e continuaram durante a tarde, o ex-deputado disse a interlocutores como Flavio Telles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira, Eduardo da Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e Romeu Trussahdi, presidente da Associação Comercial de São Paulo, que sua preocupação fundamental era "preservar o regime democrático".

Na ocasião, Thales Ramalho revelou a todos os convidados do empresário rural Renato Ticoulat que não interessava discutir a questão do tamanho do mandato, "pois não é isto que está em jogo". Segundo o político, que durante muito tempo dividiu o poder no antigo

MDB com Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, o importante era a "preservação do regime presidencialista". O ex-conselheiro do Tribunal de Contas da União assustou os interlocutores, mesmo sem alterar a voz mansa, ao dizer que a adoção do parlamentarismo implicaria o perigo de um golpe militar, provavelmente não como conseqüência imediata da votação na Constituinte, mas certamente como uma resposta de médio prazo, "por exemplo daqui a uns três meses".

Mais de 15 telegramas enviados por lideranças empresariais de vários estados defendendo os cinco anos de mandato para os presidentes da República — inclusive Sarney — e a manutenção do regime presidencialista foram recebidos nas últimas semanas pelo deputado Ulysses Guimarães. O parlamentar não descartou a hipótese de que essas manifestações tenham sido inspiradas em reuniões como a que ocorreu na sexta-feira anterior à votação daqueles temas pela Constituinte na sede do Comando Militar do Leste, no Rio.



Ulysses transmitiu aos amigos temor de um impasse

Exército acha "fantasia"

BRASÍLIA — "Isso é tudo fantasia" — assim reagiu o general Carlos Olavo Guimarães, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército (Cecomsex), a respeito do noticiário publicado na edição de ontem do JORNAL DO BRASIL afirmando que a Constituinte votou o mandato presidencial e o sistema de governo sob o temor de um golpe militar.

Um assessor do general, o coronel Léo Schneider, disse que o Ministério do Exército não emitiria desmentido formal, avaliando que "tudo o que for falado agora só servirá para novas deturpações".

Durante a reunião de ontem do Alto Comando do Exército, o ministro Leônidas Pires Gonçalves, de acordo com um de seus auxiliares, demonstrou surpresa com a denúncia do JB. O mesmo oficial informou que o ministro achou "absurda" a informação de que as polícias

militares se oporiam às Forças Armadas, cumprindo determinações de governadores empenhados em garantir as decisões da Constituinte. Segundo o assessor, o ministro concordou que "dificilmente as PMs obedeceriam às ordens dos governos estaduais nesses casos", considerando impossível esse tipo de enfrentamento com tropas federais.

O ministro da Marinha, almirante Henrique Saboya, procurado pelo JORNAL DO BRASIL, disse que só comenta assuntos ligados à sua pasta — embora venha se manifestando sobre questões políticas ultimamente. Já o Ministério da Aeronáutica, através de seu assessor de Comunicação Social, considerou a publicação do JB "mero exercício de imaginação". O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Paulo Roberto Camarinha, não quis se pronunciar a respeito dos riscos de golpe militar.

Deputado acusa ex-governador

Denúncia atinge Montoro, Quércia e Pazzianotto

SÃO PAULO — O ex-governador e "presidencialista" Franco Montoro, com uma remuneração mensal de CZ\$ 540 mil — apenas por essa aposentadoria —, encabeça a extensa lista de *marajás* pagos pela Carteira de Previdência dos Deputados à Assembléia Legislativa de São Paulo, divulgada, ontem, pelo deputado Roberto Gouveia, do PT. A lista contém o nome de dois ministros, o das Relações Exteriores, Abreu Sodré, e do Trabalho, Almir Pazzianotto, ambos regularmente remunerados pela carteira previdenciária do legislativo paulista.

Pela relação divulgada por Gouveia, também o governador Orestes Quércia é candidato a engrossar a lista de *marajás* dessa carteira. Quércia continua contribuindo — foi deputado estadual até 1972 —, mas não requereu até agora sua aposentadoria. Entre os nomes divulgados, consta uma sua companheira de partido, a deputada constituinte Irma Passoni, que após cumprir dois mandatos como deputada estadual (oito anos) requereu aposentadoria, pela qual recebe CZ\$ 270 mil mensais, ou seja, 50% da remuneração total hoje paga a um parlamentar paulista.

Roberto Gouveia é autor de uma proposta — já rejeitada pela Comissão de Constituição e Justi-

ça da Assembléia paulista — de extinção dessa carteira, tradicionalmente deficitária e que se mantém graças a suplementações anuais destinadas pelo poder Executivo.

Direito — Eleito em São Paulo, o deputado estadual começa a contribuir, mas o recolhimento é de apenas 12% sobre o subsídio fixo (cerca de CZ\$ 80 mil hoje). A partir de dois mandatos, o parlamentar já pode requerer aposentadoria e receber 50% do salário de um deputado, só que aí a pensão passa a ser paga sempre, não pelo teto de contribuição, mas pela remuneração total dos deputados em mandato, o que inclui as suplementações de telefone, correio, auxílios moradia, transporte aéreo e terrestre, entre outros, o que perfaz o total de CZ\$ 540 mil percebidos hoje por um deputado em São Paulo.

Mesmo que não se reeleja no pleito seguinte, o ex-deputado de São Paulo pode continuar contribuindo para a carteira — sempre 12% em cima da remuneração fixa — e ao fim dos oito anos adquire o mesmo direito a 50% do salário integral dos parlamentares com mandato. A lista divulgada por Roberto Gouveia traz, ainda, os nomes dos presidentes dos dois tribunais de contas paulistas, Orlando Zancaner, do estado, e Paulo Planet Buarque, da capital, e ainda dois secretários de estado da administração Quércia — o de Coordenação de Programas de Governo, Alberto Goldman, e o chefe da Casa Civil, Antônio Carlos Mesquita.

José Varella - 13/1/87

Rogério Montenegro - 30/12/87



Almir Pazzianotto



Orestes Quércia